



LDG CLEAN COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA
CNPJ: 49.087.735/0001-93 – Insc. Estadual: 12.723.687

2862/24
09 02 24
02 10

**ILUSTRÍSSIMO SENHORA Manoela Ramos de Souza Gomes Alves – AUTORIDADE
COMPETENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA/RJ**

REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2023 – Grupo 01 E 02

LDG CLEAN COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 49.087.735/00001-93, sediada à Rua Luiz Alves Cavalcante, 689, sala 103, Vilar dos Teles, São João de Meriti/RJ, CEP 25.561-140, neste ato representada por sua representante legal, vem respeitosamente perante V. Senhoria apresentar:

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

para aceitar as razões recursais aqui apresentadas por intermédio de **DIREITO DE PETIÇÃO** em face da DECISÃO, proferida pelo i. Pregoeiro, que habilitou a empresa **NEW STAR COMERCIO, SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA** na licitação em epígrafe, pelos fundamentos de fato e de direito a seguir proferidos, oportunidade em que, ao final, requererá.

I - DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO E DIREITO DE PETIÇÃO

A Constituição Federal de 1988, no seu art. 5º, XXXIV, assegura a todos independentemente de taxas o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direito ou contra ilegalidade ou abuso de poder, o chamado *Righthof Petition* e assegura também o contraditório e a ampla defesa para os litigantes em processo administrativo.

Assim sendo, o recurso administrativo tem como fundamento a previsão constitucional do “Direito de Petição”, consagrada na alínea a do inciso XXXIV do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, CF, segundo o qual:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

Segundo José Afonso da Silva:

O direito de petição define-se como direito que pertence a uma pessoa de invocar a atenção dos poderes públicos sobre uma questão ou situação, seja para denunciar lesão concreta, e pedir a reorientação da situação, seja para solicitar uma modificação do direito em vigor no sentido mais favorável à liberdade. Há nele, uma dimensão coletiva consistente na busca ou defesa de direitos ou interesses gerais da coletividade.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito

*Constitucional Positivo. 23ª Ed. São Paulo:
Malheiros, 2004, p.441.*

O direito de petição é, portanto, um direito fundamental, assegurado a qualquer pessoa, física ou jurídica, nacional ou estrangeira contra atos ilegais ou abusivos de quaisquer dos Poderes. O objetivo do direito de petição é o exercício de prerrogativas democráticas ao informar ao Poder Público acerca de ato ou fato ilegal, abusivo ou contra direitos, a fim de que sejam tomadas as medidas cabíveis.

Dentro do direito de petição estão inclusas diversas modalidades de recursos administrativos, entre eles: a representação, a reclamação administrativa, **o pedido de reconsideração** e os recursos hierárquicos próprios e impróprios da revisão.

A possibilidade de revisão dos julgamentos, ainda que no âmbito administrativo atenda às necessidades de segurança jurídica na prestação estatal.

É fato que o Direito Administrativo pátrio adotou o sistema inglês ou da unicidade de jurisdição para o controle dos atos administrativos, neste modelo todos os litígios, inclusive os de âmbito administrativo, podem ser levados ao Poder Judiciário, único que dispõe de competência para dizer em caráter de definitivo, o direito aplicável aos litígios, por meio da chamada coisa julgada, assim sendo o Sistema da Unicidade de Jurisdição a instância administrativa, em regra, não traz solução definitiva aos litígios, que somente é alcançada na esfera judicial.

A despeito da feição não definitiva de suas decisões, o processo administrativo tem importância ímpar, **devendo ser assegurado em seu trâmite o exercício do contraditório e da ampla defesa, possibilitando inclusive a Administração sanar ou corrigir eventual ilegalidade ou irregularidade do ato por ela praticado.**

Assim sendo, o que se pretende no presente caso, é possibilitar que i. Pregoeiro seja compelido a rever seu ato de ter habilitado a empresa declarada vencedora de forma equivocada e assim conferir celeridade ao processo licitatório, sem necessidade de



LDG CLEAN COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA
CNPJ: 49.087.735/0001-93 – Insc. Estadual: 12.723.687



05

demanda judicial, haja vista que a conduta ilícita da licitante declarada vencedora, conforme será demonstrado.

Diante do exposto, concluímos que, com o propósito de assegurar a defesa dos interesses, a lei faculta aos interessados a oportunidade de questionar a decisão do órgão licitante, ainda no âmbito administrativo e que as medidas garantidoras de defesa, como o Pedido de Reconsideração, devem-se ser interpretadas de forma extensiva sempre propiciando um maior campo para análise dos atos reputados como ilegais ou abusivos.

Dito isto, passamos a apresentar nossas razões recursais.

II - DOS FATOS

Trata-se de Pregão Eletrônico realizado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA**, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE KITS DE HIGIENE BUCAL EM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO, PARA ATENDER AO PROGRAMA DE PROMOÇÃO EM SAÚDE E A COORDENAÇÃO DE ODONTOLOGIA, VISANDO A PROMOÇÃO DA SAÚDE BUCAL A SER REALIZADA NO PROJETO “SEMANA DA SAÚDE NA ESCOLA” E MANTER A SAÚDE BUCAL ATRAVÉS DA QUALIDADE DA ESCOVAÇÃO COM O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO NECESSÁRIO.

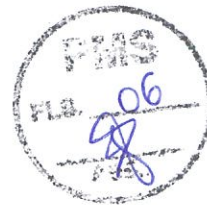
Após a regular tramitação do Pregão Eletrônico, o Pregoeiro responsável pela condução do certame, declarou a empresa **NEW STAR COMERCIO, SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA** como vencedora dos lotes 01 e 02 do certame, por ser detentora da proposta mais vantajosa e ainda ter apresentado todos os documentos de habilitação supostamente em conformidade com as exigências editalícias para os lotes do certame.

II.1 - DESCLASSIFICAÇÃO - LOTE 01

Ocorre que após a fase de lances onde a recorrente se sagrou vencedora, surpreendentemente fora desclassificada sob a alegação de que nossa escova dental



LDG CLEAN COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA
CNPJ: 49.087.735/0001-93 – Insc. Estadual: 12.723.687



estava em desacordo com o descritivo Termo de Referência.

Ocorre que após a nossa desclassificação o nobre pregoeiro classificou a empresa NEW START COMERCIO, SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA. Em breve análise da proposta apresenta pela arrematante e pelo catalogo encaminhado

As 21:24 hs do dia 04/01, podemos observar que a escova também não atende ao descritivo, escova **com 19 cm** e a **cabeça da escova não é retangular**. Para sanar dúvidas da Administração a mesma pode a qualquer momento realizar diligencias quanto ao produto ofertado. Tal diligencia seria requerer amostra para analise. Outro ponto a mencionar é que a descrição do sistema do Comprasnet é antiga, não havendo no mercado escovas com 20 cm, assim sendo não atende ao mercado.

II.I – DESCLASSIFICAÇÃO – LOTE 02

Ocorre que, a empresa a requerente foi inabilitada sob a alegação de que não apresentou o índice do item 11.10.4.

A requerente foi fundada em 06/1/2023, portanto seu balanço e somente de abertura, portanto o Balanço Patrimonial da mesma conforme a Lei poderá ser registrado na Junta Comercial ate 30/04/2024.

A jurisprudência a respeito indica que não é admissível a exigência de capital e patrimônio líquido no mesmo edital. Mas, cabe exigir um ou outro, se necessário à execução do contrato.

Conforme a Constituição Federal (Art. 37, XXI) no edital de licitação somente são permitidas as exigências de qualificação técnica e econômica, indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Nesse sentido, é vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, criem restrições ou frustrem o seu caráter competitivo, ou estabeleçam qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante



LDG CLEAN COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA
CNPJ: 49.087.735/0001-93 – Insc. Estadual: 12.723.687



para o específico objeto do contrato (Lei 8.666/93, Art. 3º, § 1º, I).

A documentação relativa à qualificação econômico-financeira pode abranger, conforme o caso, balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social; certidão negativa de falência ou concordata; prova de capital social ou patrimônio líquido até o limite de dez por cento do valor estimado da contratação, ou caução limitada a um por cento do valor estimado da contratação.

A comprovação da boa situação financeira da empresa licitante deve ser realizada através de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação, sendo vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação. Contudo, a empresa licitante deve ser habilitada, ainda que o seu balanço contábil revele índices de solvência ou de liquidez inferiores a um, desde que comprove possuir suficiente capital social ou patrimônio líquido.

De outro lado, quando as exigências do edital excedem as necessárias, então a Administração fica sujeita aos riscos de impugnação ao edital, representação ao respectivo Tribunal de

Contas, suspensão do certame por mandado de segurança ou ação popular, além da perda de competitividade no certame porque as exigências excessivas afastam os potenciais interessados.

Se for exigido capital e/ou patrimônio líquido então não poderá ser exigida a caução de garantia do contrato.

No caso de licitação no âmbito da Administração Pública Federal, o Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007, artigo 3º dispõe o seguinte: “na habilitação em licitações para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais, não será exigido da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social.” (grifo nosso)

Segundo a Constituição Federal, Artigo 37, inciso XXI:

“ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure



igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Segundo a Lei Nº 8.666/93: Artigo 31

“§ 2º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.”

“§ 3º O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.”



critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.

1o Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I – caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II – seguro-garantia;

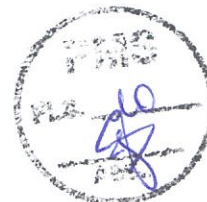
III – fiança bancária.

-
- 2o A garantia a que se refere o caput deste artigo não excederá a cinco por cento do valor do contrato e terá seu valor
- atualizado nas mesmas condições daquele, ressalvado o previsto no parágrafo 3o deste artigo.

- 3o Para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis, demonstrados através de parecer tecnicamente aprovado pela autoridade competente, o limite de garantia previsto no parágrafo anterior poderá ser elevado para até dez por cento do valor do contrato.”



LDG CLEAN COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA
CNPJ: 49087735/0001-93 – Insc. Estadual: 12.723.687



III - Do mérito do Recurso

A vencedora do certame, ora recorrente, fornece produtos de higiene há anos para inúmeros órgãos públicos em praticamente todos os Estados brasileiros, possuindo uma vasta gama de produtos, todos aprovados e/ou registrados pela ANVISA.

Como podemos observar no Termo de referencia o descritivo do tem 01 do grupo 01 ... Escova dental adulto - material cerdas: náilon, material cabo: plástico, tipo cabo: reto, formato cabeça: retangular, com cantos arredondados, aplicação: adulto, características adicionais cabo: ligeiramente flexível, características adicionais: **comprimento 20cm, 4 fileiras tufo, total 36 tufo**s, tipo cerdas: macia, a requerente foi desclassificada. Por que a escova da empresa New Start atende, uma vez que a mesma não cumpre os requisitos da descrição.

O rigorismo formal impede a competitividade no processo administrativo licitatório, frustrando o objeto precípua desta Administração com a realização do certame, que é o de selecionar a melhor proposta e atender aos seus interesses.

A moderna doutrina manifesta-se no sentido de que privilegiar meras omissões ou irregularidades formais, em detrimento da finalidade maior do processo licitatório, que é garantir a obtenção do contrato mais vantajoso, é motivo desarrazoado para inabilitar o participante.

Neste sentido, Marçal Justen Filho:

"Todas as exigências são o meio de verificar se o licitante cumpre os requisitos de idoneidade e se sua proposta é satisfatória e vantajosa. Portanto, deve-se aceitar a conduta do sujeito que evidencie o preenchimento das exigências legais, ainda quando não seja a estrita regulamentação imposta originariamente na lei ou no



edital. Na medida do possível, deve promover, mesmo de ofício, o suprimento de defeitos de menor monta. Não se deve conceber que toda e qualquer divergência entre o texto da lei ou do edital conduz à invalidade, à inabilitação ou à desclassificação".¹

Estabelece, ainda, a doutrina de Hely Lopes Meirelles:

*"A desconformidade ensejadora da desclassificação da proposta deve ser substancial e lesiva à Administração ou aos outros licitantes, por um simples lapso de redação, ou uma falha inócua na interpretação do edital, não deve propiciar a rejeição sumária da oferta. Aplica-se aqui a regra universal do *utile per inutile non vitiatur*, que o direito francês resumiu no *pas de nullité sans grief*. Melhor será que se aprecie uma proposta sofrível na apresentação, mas vantajosa no conteúdo, do que desclassificá-la por um **RIGORISMO FORMAL** e inconstitucional com o caráter competitivo da licitação".²*

O **Colendo Superior Tribunal de Justiça – STJ**, também teve a oportunidade de se manifestar sobre o tema:

*"Constitucional e Processual Civil.
Licitação. Instrumento convocatório.
Mandado de segurança. Deferimento.*

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. São Paulo: Dialética, 2010, p. 230.

Rua Luiz Alves Cavalcante, 689/103 – Vilar dos Teles – São João de Meriti – RJ – CEP 25.561-140
MEIRELLES, Hely Lopes. *Licitação e Contrato Administrativo*. São Paulo: Malheiros, 1990, p. 136.
Telefone: (21) 2756-7016 – Email: ldgcleanprodutos@gmail.com



A vinculação do instrumento convocatório, no procedimento licitatório, em face da lei de regência, **não vai ao extremo de se exigir providências anódinas e que em nada influenciam na demonstração de que o licitante preenche os requisitos (técnicos e financeiros) para participar da concorrência.**" (MS 5647-DF).

"Direito Público. Mandado de segurança. Procedimento licitatório. Vinculação ao edital. Interpretação das cláusulas do instrumento convocatório pelo Judiciário, fixando-se o sentido e o alcance de cada uma delas e escoimando **exigências desnecessárias e de excessivo rigor prejudiciais ao interesse público.** Possibilidade. Cabimento do mandado de segurança para esse fim. Deferimento. O edital no sistema jurídico constitucional vigente, constituindo lei entre as partes, é norma fundamental da concorrência, cujo objetivo é determinar o objeto da licitação, discriminar os direitos e obrigações dos intervenientes e do Poder Público e disciplinar o procedimento adequado ao estudo e julgamento das propostas. Consoante ensinam os juristas, o princípio da vinculação ao edital não é absoluto, de tal forma que impeça o

Judiciário de interpretar-lhe, buscando-lhe o sentido e a compreensão e escoimando-o de cláusulas desnecessárias ou que extrapolem os ditames da lei de regência e cujo excessivo rigor possa afastar, da concorrência, possíveis proponentes, ou que o transmude de um instrumento de defesa do interesse público em conjunto de regras prejudiciais ao que, com ele, objetiva a Administração." (MS 5418-DF).

Neste diapasão o **Tribunal de Contas da União – TCU:**

"Também não vislumbro quebra de isonomia no certame tampouco inobservância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Como já destacado no parecer transcrito no relatório precedente, o edital não constitui um fim em si mesmo, mas um instrumento que objetiva assegurar a contratação da proposta mais vantajosa para Administração e a igualdade de participação dos interessados.

Sem embargo, as normas disciplinadoras da licitação devem sempre ser interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a

segurança da contratação” (Acórdão nº 366/2007).”

Desta forma não há que se confundir procedimento formal com formalismo. A vinculação ao instrumento convocatório não é absoluta, sob pena de ofensa a Competitividade, Interesse Público e a Razoabilidade, conforme julgados supracitados.

Nos dias atuais não há mais espaço para se admitir qualquer ato que, alicerçada em rígida formalidade, rejeite licitantes e inviabilize o exame de um maior número de propostas, uma vez que a desclassificação em razão de rigorismos formais, privilegiando a forma em detrimento de sua finalidade, frustra o caráter competitivo da seleção pública.

IV – ANALISE DO RECURSO DO PREGOEIRO

Conforme análise de 22 de janeiro, observamos:

IV. DOS PEDIDO DA RECORRENTE E MANIFESTAÇÃO DA RECORRIDA:

A recorrente no lote 02/grupo 01 alega, resumidamente, e após requer que:

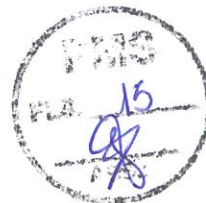
Ante o exposto, por todos os fatos e evidências descritos acima, requer a recorrente seja dado provimento ao recurso para:

- a) Desclassificação da empresa NEW START COMERCIO, SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA, uma vez que não atende aos requisitos do descritivo do Termo de Referência e
- b) Caso seja mantida habilitada e classificada, tomaremos medidas cabíveis quanto a classificação da mesma, enviando a Ata de registro de preços, para instancias superiores como, Ordenador de Despesas, Tribunal de Contas do estado e Ministério Público, a fim de analisar o referido processo Administrativo

Nestes termos, pede deferimento.



LDG CLEAN COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA
CNPJ: 49087735/0001-93 – Insc. Estadual: 12.723.687



A recorrente no lote 03/grupo 02 alega, resumidamente, e após requer que:

Ante o exposto, por todos os fatos e evidências descritos acima, requer a recorrente seja dado provimento ao recurso para:

- a) Desclassificar/inabilitar a empresa NEW START COMERCIO, SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA
- b) APÓS REALIZAR DILEGÊNCIA PERMITIDA NO EDITAL E NA LEI, Habilitar a empresa LDG CLEAN, uma vez que sanável o vício apontado pelo senhor pregoeiro.
- c) Caso seja mantida inabilitação, tomaremos medidas cabíveis quanto classificação da mesma, enviado a Ata de registro de preços, para instancias superiores como, Ordenador de Despesas, Tribunal de Contas do estado e Ministério Público, a fim de analisar o referido processo Administrativo

A recorrida alega, resumidamente, e após requer que:

Ante o exposto, Requer que seja completamente indeferido o recurso proposto em função da inaplicabilidade de suas parcas alegações, bem como sejam aceitas as argumentações aqui demonstradas para que seja mantida a decisão exarada pelo ilustre pregoeiro na sessão de 05/01/2024, dando prosseguimento as demais fases de adjudicação e posterior homologação do objeto licitado.

V. DA MANIFESTAÇÃO DE ANÁLISE DO RECURSO

I – Do pedido de reconsideração da rejeição da proposta:

A Recorrente alega em fase de recurso que:

“Ocorre que após a fase de lances onde a recorrente se sagrou vencedora, surpreendentemente fora inabilitada sob a alegação de que não apresentou o índice do item 11.10.4.

A requerente foi fundada em 06/1/2023, portanto seu balanço e somente de abertura, portanto o Balanço Patrimonial da mesma conforme a Lei poderá ser cadastrado junto a Junta Comercial ate 30/04/2024.

A jurisprudência a respeito indica que não é admissível a exigência de capital e patrimônio líquido no mesmo edital. Mas, cabe exigir um ou outro, se necessário à execução do contrato.”

**Resposta a Recorrente:**

Licitação é o processo por meio do qual a Administração Pública contrata bens ou serviços, e eterniza suas necessidades de contratar através da fase externa, sendo a mesma reconhecida pela publicação do Edital de Licitação. A Administração Pública Municipal se pauta nos princípios administrativos reconhecidos pelo legislador que são: a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e com base nesses princípios foi elaborado o processo administrativo que deu origem ao pregão eletrônico nº 022/2023.

Inicialmente trago o que dispõe o Edital nº 022/2023:

“11.10.4 Comprovação da boa situação financeira da empresa que será baseada na obtenção dos Índices de Liquidez Geral (ILG), Índice de Solvência Geral (ISG) e Índice de Liquidez Corrente (ILC), devendo ser demonstrados pelos licitantes e assinados por seus contadores devidamente registrado no CRC podendo ser utilizado o modelo (ANEXO VI – Análise Econômico-financeira), acompanhado da Certidão de Habilitação Profissional, conforme Resolução CFC Nº 1637/2021, através das fórmulas abaixo. Para ser considerada habilitada a empresa deverá possuir os seguintes resultados:

Liquidez Geral (ILG) = índice maior ou igual a 1,00.

Solvência Geral (ISG) = índice maior ou igual a 1,00.

Liquidez Corrente (ILC) = índice maior ou igual a 1,00.” (grifei e negritei)

“11.10.5 Prova de possuir capital social mínimo devidamente integralizado ou Patrimônio Líquido igual ou superior a 5% (cinco por cento) do valor total máximo estimado pela administração, admitida a atualização para a data da apresentação da proposta através de índices oficiais. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e devidamente registrado, ou pelo Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, na forma da Lei.”



Origem do princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório está disciplinado nos artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993, que rege o procedimento licitatório, vejamos:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e

julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

[...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor.”.

Neste sentido, dentre as principais garantias que cercam o processo licitatório (princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, isonomia, publicidade e eficiência), pode-se destacar a vinculação da Administração ao edital que regulamenta o certame.



Trata-se de uma segurança para o licitante e para o interesse público, extraída do princípio do procedimento formal, que determina à Administração que observe as regras por ela própria lançadas no instrumento que convoca e rege a licitação. Em outras palavras, dizemos que: **“nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no ato convocatório.”**

Dito isto, pode se dizer, sob um certo ângulo, que o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação, na acepção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade deste últimos

Como bem destaca FERNANDA MARINELA, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório leva à assertiva de que o edital é a lei interna da licitação:

“Como princípio específico da licitação, tem-se a vinculação ao instrumento convocatório. O instrumento,

em regra, é o edital que deve definir tudo que é importante para o certame, não podendo o Administrador exigir nem mais nem menos do que está previsto nele. Por essa razão, é que a doutrina diz que o edital é lei interna da licitação, ficando a ele estritamente vinculada, conforme previsto no art. 41 da lei.”

Contudo, conclui-se que a Administração Pública, no curso do processo de licitação, não pode se afastar das regras por ela mesma estabelecidas no instrumento convocatório, pois, para garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, bem como para se assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, é necessário observar estritamente as disposições constantes do edital ou instrumento congênere

Cabe esclarecer que após iniciada a fase de julgamento de propostas, verificou-se que a recorrente não apresentou os índices contábeis, documento que atesta, de forma objetiva, a conformidade econômico-financeira da licitante com os requisitos para execução do contrato.

As alegações da recorrente que: *“A jurisprudência a respeito indica que não é admissível a exigência de capital e patrimônio líquido no mesmo edital.”* não merecem prosperar, uma vez que não foi este o motivo de rejeição da proposta da recorrente, mas sim a ausência de apresentação dos índices contábeis e lendo a redação do item 11.10.5 é possível perceber que o edital permite a apresentação de patrimônio líquido ou capital social e não os dois de forma concomitante.



Diante dos fundamentos acima expostos não há que se falar em excesso de formalismo, haja vista, que é de fundamental importância o licitante ter conhecimento das regras do Edital, e cabe lembrar, também, que em caso de ocorrência de eventual dúvida, poderia a empresa em prazo estabelecido no Edital apresentar pedido de esclarecimento ou até mesmo impugnação, fato este registra-se que não ocorreu.

II - Do pedido de desclassificação da licitante vencedora:

A Recorrente alega em fase de recurso que:

"Ocorre que após a fase de lances onde a recorrente se sagrou vencedora, surpreendentemente fora desclassificada sob a alegação de que nossa escova dental estava em desacordo com o descritivo Termo de Referência.

Ocorre que após a nossa desclassificação o nobre pregoeiro classificou a empresa NEW START COMERCIO, SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA. Em breve análise da proposta apresenta pela arrematante e pelo catalogo encaminhado

As 21:24 hs do dia 04/01, podemos observar que a escova também não atende ao descritivo, escova com 19 cm e a cabeça da escova não é retangular. Para sanar dúvidas da Administração a mesma pode a qualquer momento realizar diligencias quanto ao produto ofertado. Tal diligencia seria requerer amostra para análise. Outro ponto a mencionar é que a descrição do sistema do Comprasnet é antiga, não havendo no mercado escovas com 20 cm, assim sendo não atende ao mercado.

Do mérito do Recurso

A vencedora do certame, ora recorrente, fornece produtos de higiene há anos para inúmeros órgãos públicos em praticamente todos os Estados brasileiros, possuindo uma vasta gama de produtos, todos aprovados e/ou registrados pela ANVISA.

Como podemos observar no Termo de referência o descritivo do tem 01 do grupo 01 ... Escova dental adulto - material cerdas: náilon, material cabo: plástico, tipo cabo: reto, formato cabeça: retangular, com cantos arredondados, aplicação: adulto, características adicionais cabo: ligeiramente flexível, características adicionais: comprimento 20cm, 4 fileiras tufo, total 36 tufo, tipo cerdas: macia, a requerente foi desclassificada. Por que a escova da empresa New Start atende, uma vez que a mesma não cumpre os requisitos da descrição.

O rigorismo formal impede a competitividade no processo administrativo licitatório, frustrando o objeto precípua desta Administração com a realização do certame, que é o de selecionar a melhor proposta e atender aos seus interesses.



LDG CLEAN COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA
CNPJ: 49087735/0001-93 – Insc. Estadual: 12.723.687



A moderna doutrina manifesta-se no sentido de que privilegiar meras omissões ou irregularidades formais, em detrimento da finalidade maior do processo licitatório, que é garantir a obtenção do contrato mais vantajoso, é motivo desarrazoado para inabilitar o participante."

Resposta a Recorrente:

Como bem demonstrado pela própria recorrente em sua peça recursal: "a descrição do sistema do Comprasnet é antiga, não havendo no mercado escovas com 20 cm, assim sendo não atende ao mercado." e "garantir a obtenção do contrato mais vantajoso, é motivo desarrazoado para inabilitar o participante."

Analiso que o cerne levantado pela recorrente é a classificação da proposta da recorrida, uma vez que há uma diferença de 1 cm do cabo da escova, sendo menor que o estabelecido no termo de referência. Menciono que aceitar uma proposta vantajosa para a administração, mesmo que haja alguns desvios formais, pode ser uma decisão estratégica e flexível, visando o benefício global. Em contextos administrativos, é fundamental equilibrar a conformidade com os procedimentos estabelecidos e a busca por soluções eficazes que atendam aos objetivos públicos.

a) Análise da Vantagem Substancial:

Em análise a substância da proposta em relação aos objetivos e necessidades da administração, verifica-se que a licitante vencedora cumpriu com o número de tufos de acordo com o solicitado em edital, isto já é garantia de cumprimento da proposta, uma vez que é condição essencial, influenciando diretamente na eficácia do produto. Ainda, se verificou que a proposta ofereceu economia de custo e eficiência operacional em relação às demais, e é considerável que a diferença menor do cabo irá proporcionar um ajuste maior ao estojo que será fornecido em forma de kit.

b) Número de tufos em conformidade com o termo de referência:

O número de tufos em uma escova dental é uma característica importante que pode afetar a eficácia da escovação e, por conseguinte, a saúde bucal. Tufos são os conjuntos de cerdas agrupadas na cabeça da escova. A relevância do número de tufos inclui:



LDG CLEAN COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA
CNPJ: 49.087.735/0001-93 – Ins. Estadual: 12.723.687



i. Cobertura Eficiente:

Um número adequado de tufos garante uma distribuição eficaz das cerdas na superfície dos dentes. Isso ajuda a alcançar áreas de difícil acesso na boca, garantindo uma limpeza mais completa.

ii. Adaptação à Forma dos Dentes e Gengivas:

O número e a disposição dos tufos são projetados para se adaptar à forma natural dos dentes e gengivas. Isso é crucial para alcançar todas as áreas da boca e proporcionar uma limpeza uniforme, minimizando o risco de acúmulo de placa bacteriana.

No entanto, na prática, às vezes as pessoas usam o termo "retangular" de forma mais flexível para se referir a objetos que têm uma forma geral de retângulo, mesmo que algumas partes, como as arestas, possam ser suavizadas ou arredondadas. Por exemplo, uma mesa retangular com cantos arredondados ou uma placa retangular com bordas arredondadas ainda podem ser chamadas de "retangulares" em linguagem cotidiana, embora, estritamente falando, a forma geométrica não seja um retângulo perfeito.

No caso em tela, se trata de escova dental, se verifica que a escova apresentada pela recorrida possui cabeça retangular, com cantos arredondados, para facilitar a escovação e o acesso aos cantos da boca sem machucar.

Em conclusão, entendo que o presente recurso não merece prosperar, haja vistas as fundamentações acima apresentadas.

CONCLUSÃO

Em razão do acima exposto, recebo o recurso apresentado, dele tomo conhecimento, pois tempestivo e presentes elementos de admissibilidade e no mérito nego-lhe provimento.

Firmo que a impugnante **não assiste razão** em suas alegações, por não restar dúvidas quanto a regularidade dos atos praticados durante a condução do certame Pregão Eletrônico 022/2023.



LDG CLEAN COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA
CNPJ: 49.087.735/0001-93 – Insc. Estadual: 12.723.687

Firmo que a impugnante **não assiste razão** em suas alegações, por não restar dúvidas quanto a regularidade dos atos praticados durante a condução do certame Pregão Eletrônico 022/2023.

Mantenho a decisão em declarar a proposta da licitante **NEW START COMERCIO, SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA** habilitada e vencedora do Lote 02/Grupo 01.

Dê ciência da decisão à licitante requerente e demais concorrentes e interessados na licitação.

Encaminhe para o setor jurídico do Município, para emissão de parecer, posteriormente à autoridade competente para ciência e decisão final relativa ao certame.

Saquarema, 22 de janeiro de 2024.


GUILHERME CASTRO
Pregoeiro

Guilherme V. e Castro
Diretor Adjunto de Licitação
Mat. P199

Ora, senhora autoridade competente como podemos observar o nobre pregoeiro se contradiz, na sua própria análise, conforme podemos observar nos prints abaixo:

Contudo, conclui-se que a Administração Pública, no curso do processo de licitação, não pode se afastar das regras por ela mesma estabelecidas no instrumento convocatório, pois, para garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, bem como para se assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, é necessário observar estritamente as disposições constantes do edital ou instrumento congêneres.

Analisando que o cerne levantado pela recorrente é a classificação da proposta da recorrida, uma vez que há uma diferença de 1 cm do cabo da escova, sendo menor que o estabelecido no termo de referência. Menciono que aceitar uma proposta vantajosa para a administração, mesmo que haja alguns desvios formais, pode ser uma decisão estratégica e flexível, visando o benefício global. Em contextos administrativos, é fundamental equilibrar a conformidade com os procedimentos estabelecidos e a busca por soluções eficazes que atendam aos objetivos públicos.



LDG CLEAN COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA
CNPJ: 49.087.735/0001-93 – Insc. Estadual: 12.723.687



a) Análise da Vantagem Substancial:

Em análise a substância da proposta em relação aos objetivos e necessidades da administração, verifica-se que a licitante vencedora cumpriu com o número de tufos de acordo com o solicitado em edital, isto já é garantia de cumprimento da proposta, uma vez que é condição essencial, influenciando diretamente na eficácia do produto. Ainda, se verificou que a proposta ofereceu economia de custo e eficiência operacional em relação às demais, e é considerável que a diferença menor do cabo irá proporcionar um ajuste maior ao estojo que será fornecido em forma de kit.

b) Número de tufos em conformidade com o termo de referência:

O número de tufos em uma escova dental é uma característica importante que pode afetar a eficácia da escovação e, por conseguinte, a saúde bucal. Tufos são os conjuntos de cerdas agrupadas na cabeça da escova. A relevância do número de tufos inclui:

i. Cobertura Eficiente:

Um número adequado de tufos garante uma distribuição eficaz das cerdas na superfície dos dentes. Isso ajuda a alcançar áreas de difícil acesso na boca, garantindo uma limpeza mais completa.

ii. Adaptação à Forma dos Dentes e Gengivas:

O número e a disposição dos tufos são projetados para se adaptar à forma natural dos dentes e gengivas. Isso é crucial para alcançar todas as áreas da boca e proporcionar uma limpeza uniforme, minimizando o risco de acúmulo de placa bacteriana.

No caso em tela, se trata de escova dental, se verifica que a escova apresentada pela recorrida possui cabeça retangular, com cantos arredondados, para facilitar a escovação e o acesso aos cantos da boca sem machucar.

Em conclusão, entendo que o presente recurso não merece prosperar, haja vistas as fundamentações acima apresentadas.

Senhora, como em um lote não pode afastar das regras por ela mesma estabelecidas e em outro lote pode como a diferença de 1 cm do cabo da escova.



LDG CLEAN COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA
CNPJ: 49.087.735/0001-93 – Insc. Estadual: 12.723.687



V- DO PEDIDO

Ante o exposto, por todos os fatos e evidências descritos acima, requer a recorrente seja dado provimento a reconsideração para:

- a) Desclassificação da empresa NEW START COMERCIO, SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA, uma vez que não atende aos requisitos do descritivo do Termo de Referência e
- b) Caso seja mantida habilitada e classificada, tomaremos medidas cabíveis quanto a classificação da mesma, enviando a Ata de registro de preços, para instancias superiores como, Ordenador de Despesas, Tribunal de Contas do estado e Ministério Público, a fim de analisar o referido processo Administrativo

São os termos que pede e espera deferimento.

São João de Meriti, 08 de fevereiro de 2024

ARINA

GRIESE:05862521771

Assinado de forma digital por
ARINA GRIESE:05862521771
Dados: 2024.02.08 14:05:49 -03'00'

ARINA GRIESE - SÓCIA ADMINISTRADORA

RG 125091207 – CPF 058.625.217-71

49.087.735/0001-93

**LDG CLEAN COMÉRCIO
DE PRODUTOS LTDA**

**Rua Luiz Alves Cavalcante, 689 Sl. 103
Vilar dos Teles S. J. Meriti RJ
Cep: 25.561-140**



00-2023/015533-2

JUCERJA

Útimo arquivamento:

NIRE: 33.2.1239930-3

LDG CLEAN COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA ME

Boleto(s):

Hash: 29B50BFE-CCB3-4654-8D5C-BAAFE41D079C

Orgão	Calculado	Pago
Junta	488,00	488,00
DNRC	0,00	0,00

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.2.1239930-3

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Microempresa

Nome

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

LDG CLEAN COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA ME

Código Ato

Eventos

090

[illegible]

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR VALÉRIA GASPAR MASSENA SERRA SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

[illegible]

Deferido em 06/01/2023 e arquivado em 06/01/2023

Jorge Paulo Magdaleno Filho
SECRETÁRIO GERAL

Observação:

Nº de Páginas

Capa Nº Páginas

8

1/1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: LDG CLEAN COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA

NIPE: 332.1239930-3 Protocolo: 00-2023/015533-2 Data do protocolo: 06/01/2023

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 06/01/2023 SOB O NÚMERO 33212399303, 00005243480 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 6EDD0CD271FC3332463190F1CC0F2DA28B0D254263CA1DB193FAE45891DC0A3A

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 1/8



Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

XX.XXX.XXX-X

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Microempresa

Nº do Protocolo

ABERTURA

00-2023/015533-2

06/01/2023 14:43:55

JUCERJA

Último arquivamento:

Orgão	Calculado	Pago
Junta	488,00	488,00
DREI	0,00	0,00

NIRE: XX.XXX.XXX-X

LDG CLEAN COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA

Boleto(s): 104256962

Hash: 29B50BFE-CCB3-4654-8D5C-BAAFE41D079C

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

LDG CLEAN COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código
do Ato

090

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
999	1	Contrato / Sem Eventos (Empresa)
315	1	Contrato / Enquadramento de Microempresa
XXX	XXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXX	XXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXX	XXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Requerente

Nome:	Marcos Luiz Ferreira
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo
Telefone de contato:	2127522617
E-mail:	drmarcosferreira@hotmail.com
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	06/01/2023
Data da 1ª entrada:	

Rio de Janeiro

Local

06/01/2023

Data



00-2023/015533-2

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: LDG CLEAN COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA

NIRE: 332.1239930-3 Protocolo: 00-2023/015533-2 Data do protocolo: 06/01/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/01/2023 SOB O NÚMERO 33212399303, 00005243480 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 6EDD0CD271FC3332463190F1CC0F2DA28B0D254263CA1DB193FAE45891DC0A3A

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 2/8



ATO CONSTITUTIVO
SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL

ARINA GRIESE, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliado à Estrada Teixeira, nº 407, casa 44 SB, Taquara, Rio de Janeiro /RJ CEP nº 22.723-205, portador da carteira de identidade sob o nº 12509120-7 expedida pelo IFP /RJ e do CPF sob o nº 058.625.217-71 nascida em 31/08/1975.

R E S O L V E:

Constituir uma **SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL**, a qual será regida pelas cláusulas e condições seguintes, observando, nas omissões, as regras previstas para a sociedade limitada:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A **SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL** girará sob a denominação de **LDG CLEAN COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA** com nome fantasia de **LDG CLEAN**, com sede e administração no município de São João de Meriti, à Rua Luiz Alves Cavalcante, nº 689, sala 103, Vilar dos Teles, São João de Meriti /RJ, CEP 25.561-140, podendo ter filiais, escritórios e depósitos em qualquer parte do país ou exterior, de acordo com as deliberações dos sócios sempre visando o interesse dos negócios e serviços sociais.

CLÁUSULA SEGUNDA

O objeto social compreende:

COMÉRCIO ATACADISTA E VAREJISTA de: Cama, mesa e banho, uniformes, eletrodomésticos, equipamentos de cozinha, bebedouro, ferramentas, material elétrico, comércio de sabão, sabonete, desinfetantes, ceras, detergentes, removedores, materiais de limpeza, produtos químicos, odontológicos, farmacêuticos, materiais médicos, cirúrgicos, hospitalares, óleos, graxas, lubrificantes, polidores, vidrarias, abrasivos, artigos para refeitórios, copa e cozinha em geral, materiais de construção, tintas, cal, sacos plásticos, material elétrico, ferragens, copos plásticos descartáveis, embalagens plásticas em geral, higiene pessoal, papelaria, equipamentos de refrigeração, pulverizador manual, bazar, gêneros alimentícios, biscoitos, material esportivo, móveis de aço, móveis escolares, sandálias, chinelos, tênis, brinquedos, jogos pedagógicos, carrinho de supermercado, fita de vídeo, material de áudio visual, óculos, colchão, colchonete, colchões especiais hospitalares, materiais permanentes, caixas de isopor, higiene toucador, artigos para bebe, mochila, pasta em couro ou poliéster, container, depósito para lixo, aparelhos e equipamentos para uso profissional e médico, aparelhos e equipamentos para uso médico-odontológico e hospitalar, aparelhos e materiais de medição, precisão e sinalização, aparelhos e equipamentos elétricos e eletrônicos, aparelhos eletrodomésticos, aparelhos e materiais fotográficos e cinematográficos, aparelhos ortopédicos, artefatos de lousa, cristal, cerâmica, vidro e espelho, artefatos de lona, pano, couro e oleados, artefatos de plásticos, artigos de bazar, armarinho, borracha, cutelaria, madeira e papel, papelão, papelaria, vestuários militares, matérias para embalagens, esportes, jogos recreativos, jardinagens, pintura e promocionais, balanças e básculas, bandeiras, estandartes e flâmulas, bebidas, bolsas, pastas, mochilas

ag

Digitalizado com CamScanner

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: LDG CLEAN COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA

NIRE: 332.1239930-3 Protocolo: 00-2023/015533-2 Data do protocolo: 06/01/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/01/2023 SOB O NÚMERO 33212399303, 00005243480 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 6EDD0CD271FC3332463190F1CC0F2DA28B0D254263CA1DB193FAE45891DC0A3A

Para validar o documento acesse <http://www.jucerj.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



28

e pochetes, botes e barcos, brinquedos, calçados, casas pré-fabricadas, cofres e arquivos de aço, colchões e artefatos de colchoaria, condimentos e conservas, equipamentos contra incêndio, etiquetas auto adesivas, equipamentos de comunicações, faqueiros, talheres, facas e facões, ferragens, ferramentas e fitas magnéticas, cosméticos e higiene pessoal, preservativos e produtos correlatos, produtos para a saúde, suprimentos e equipamentos de informática, roupas e artigos militares, materiais e equipamentos para EPI, bandeiras, cintos e gorros, jaleco, materiais para jardinagem, confecção de uniformes escolares, militares, profissionais, agasalhos, suéteres, cobertores, lençóis, mantas, peças e acessórios para aeronaves, lanchas, botes, motores, roçadeiras, ceifadeiras, cadeiras de rodas, materiais ortopédicos, peças e acessórios automotivos, pulverizador costal, cone de sinalização, equipamentos para navios e embarcações, instrumentos e equipamentos de laboratório, livros literários, médicos, direito, geográficos, infantis, didáticos, pedagógicos, tecnologia, informática, técnico e livros em geral, mapas, máquinas e suprimentos agrícolas, equipamentos e acessórios para mergulho, artigos de ótica, cremes e loções, ração e outros produtos para animais, meias de algodão e meias sociais, shorts esportivos e sociais, camisetas, veículos motorizados, micro-ônibus, ônibus, furgão, caminhonete, ambulância, carro de passeio, equipamentos e aparelhos para ginástica.

CLÁUSULA TERCEIRA

O capital social é de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), dividido em 110.000 (cento e dez mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas pelo sócio único, representado por moeda corrente e do país, fica assim distribuído:

a) A sócia **ARINA GRIESE**, cabem 110.000 (cento e dez mil) quotas no valor nominal total de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais); = 100% (cem), por cento do capital social.

Parágrafo 1º - Cotas estas serão integralizadas em 44 parcelas de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) iniciado em 03 de janeiro de 2023 e findando em 03 de agosto de 2026, representadas por moeda corrente e do País.

Parágrafo 2º - O sócio acima que constitui esta sociedade, declara que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002).

CLÁUSULA QUARTA

O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

ag

Digitalizado com CamScanner

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: LDG CLEAN COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA

NIRE: 332.1239930-3 Protocolo: 00-2023/015533-2 Data do protocolo: 06/01/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/01/2023 SOB O NÚMERO 33212399303, 00005243480 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 6EDD0CD271FC3332463190F1CC0F2DA28B0D254263CA1DB193FAE45891DC0A3A

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 4/8



CLÁUSULA SEXTA

O uso da firma e, portanto, sua administração será exercida, pela sócia **ARINA GRIESE** o que fará, apondo suas assinaturas, grafadas por qualquer maneira ou processo, ficando em qualquer hipótese, vedado o emprego da firma em transações estranhas ao objeto social e em responsabilidade de favor, dentre as quais prestação de fianças.

CLÁUSULA SETIMA

Fica dispensado de caução o sócio que exercer a administração.

CLÁUSULA OITAVA

A sócia que exercer a administração, terá direito a retirada *Pro-Labore*, de acordo com a Legislação em vigor, e de comum acordo.

CLÁUSULA NONA

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, procede-se à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, ficando seus resultados, seja lucro ou prejuízo, distribuídos entre os sócios, na proporção de sua participação no capital social. (art. 1065, CC/2002).

CLÁUSULA DÉCIMA

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores, quando for o caso. (art. 1.071 e 1.072, § 2º e art. 1.078, CC/2002).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

As despesas de viagens, quer no País, quer no Exterior, quando feitas em interesses da sociedade pelos sócios, estes terão direito de reembolso mediante a apresentação dos documentos comprobatórios.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Não obstante contratada por prazo indeterminado a sociedade não entrará em liquidação por retirada, falecimento ou incapacidade de qualquer um dos sócios, desde que os outros queiram prosseguir com a sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

A sócia que desejar retirar-se da sociedade, deverá comunicar por escrito, a sua resolução aos demais com antecedência de pelo menos 60 (sessenta) dias, dando aos sócios remanescentes a preferência as quotas em igualdade de condições.

Ag

Digitizado com CamScanner

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: LDG CLEAN COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA

NIRE: 332.1239930-3 Protocolo: 00-2023/015533-2 Data do protocolo: 06/01/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/01/2023 SOB O NÚMERO 33212399303, 00005243480 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 6EDD0CD271FC3332463190F1CC0F2DA28B0D254263CA1DB193FAE45891DC0A3A

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 5/8



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

A sociedade é regida pelas disposições aplicáveis deste contrato pelo que determina a Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, e, ainda nos casos omissos, pelas disposições aplicáveis da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, Lei das Sociedades Anônimas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

O óbito, interdição ou falência de qualquer sócio não acarretará a dissolução da sociedade, que continuará com os sócios remanescentes e os representantes legais do falecido, interdito ou falido. No caso de óbito é assegurado aos herdeiros do sócio falecido a sua admissão na sociedade, de acordo com as cotas do capital social que lhes tenham sido adjudicadas na partilha. No caso de interdição ou falência de qualquer dos sócios, realizar-se-á imediatamente um balanço geral para a apuração dos haveres do sócio interdito ou falido, que serão pagos a quem de direito em 24 (vinte quatro) mensalidades iguais e sucessivas, sem juros.

Parágrafo Único: Se não convier aos herdeiros do sócio falecido a sua admissão na sociedade, proceder-se-á na forma estabelecida para o caso de interdição ou falência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

O foro do presente contrato, é o da cidade do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, inclusive o domiciliar de qualquer parte contratante.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente contrato social em 1(um) via de igual teor, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Rio de Janeiro, 03 de Janeiro de 2023



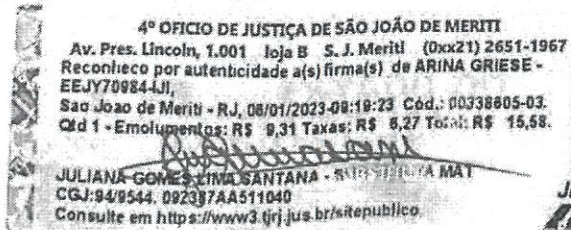
Arina Griesse

ARINA GRIESE

Testemunhas:

Mayton P. Pereira
Nome: Mayton ALVES PEREIRA
RG: 2640856 147 DIC RJ
CPF: 162.308.597-77

Carlos Fabiano da Silva Capila
Nome: CARLOS FABIANO DA SILVA CAPILA
RG: 11001134-3
CPF: 052.376.074-99



Digitalizado com CamScanner

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: LDG CLEAN COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA

NIRE: 332.1239930-3 Protocolo: 00-2023/015533-2 Data do protocolo: 06/01/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/01/2023 SOB O NÚMERO 33212399303, 00005243480 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 6EDD0CD271FC332463190F1CC0F2DA28B0D254263CA1DB193FAE45891DC0A3A

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 6/8

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE ME

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

A Sociedade **LDG CLEAN COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA**, estabelecida na Rua Luiz Alves Cavalcante, nº 689, sala 103, Vilar dos Teles, São João de Meriti /RJ, CEP 25.561-140, requer a Vossa Senhoria o arquivamento do presente instrumento e declara, sob as penas da lei, que se enquadra na condição de **MICROEMPRESA**, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

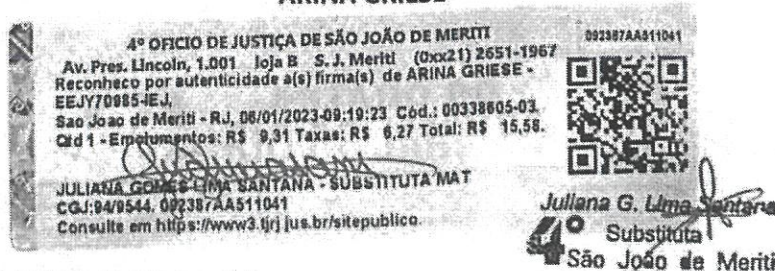
Ato: 090 - Contrato

Evento: 315 - Enquadramento de Microempresa

Rio de Janeiro, 05 de Janeiro de 2023

Arina Griesse

ARINA GRIESE



Para uso exclusivo da Junta Comercial:

DEFERIDO EM ____/____/____.	Etiqueta de registro
-----------------------------	----------------------

Digitalizado com CamScanner

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: LDG CLEAN COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA

NIRE: 332.1239930-3 Protocolo: 00-2023/015533-2 Data do protocolo: 06/01/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/01/2023 SOB O NÚMERO 33212399303, 00005243480 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 6EDD0CD271FC3332463190F1CC0F2DA28B0D254263CA1DB193FAE45891PCOA3A

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



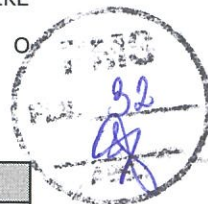
Pag. 7/8



32

IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA LDG CLEAN COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA, NIRE 33.2.1239930-3, PROTOCOLO 00-2023/015533-2, ARQUIVADO EM 06/01/2023, SOB O NÚMERO (S) 33212399303 (DEMAIS CONSTANTES NA CAPA), FOI ASSINADO DIGITALMENTE.



CPF/CNPJ	Nome
021.450.447-60	MARCOS LUIZ FERREIRA



06 de janeiro de 2023.

Jorge Paulo Magdaleno Filho
Secretário Geral

1/1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: LDG CLEAN COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA

NIRE: 332.1239930-3 Protocolo: 00-2023/015533-2 Data do protocolo: 06/01/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/01/2023 SOB O NÚMERO 33212399303, 00005243480 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 6EDD0CD271FC3332463190F1CC0F2DA28B0D254263CA1DB193FAE45891DC0A3A

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 8/8

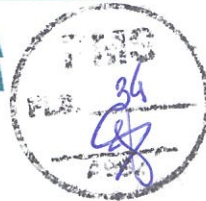




Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Gabinete da Prefeita



PREFEITURA
SAQUAREMA
TRABALHO E RESPEITO



Saquarema, 15 de fevereiro de 2024.

À Secretaria de Gestão, Inovação e Tecnologia
A/C Setor de Licitação,

Em atenção ao requerimento de fls. 02-24, segue o presente para que seja feita a análise quanto ao pedido de Reconsideração.

Atenciosamente,

MANOELA RAMOS DE SOUZA GOMES ALVES
PREFEITA



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia
Comissão Especial de Pregão Eletrônico



PREFEITURA
SAQUAREMA
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº 2862/24
FLS. 35 RUBRICA [assinatura]

À Secretaria Municipal de Saúde,

PROCESSO Nº 2.862/2024

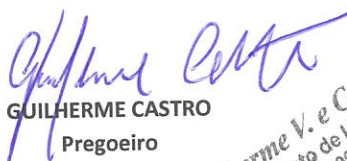
ASSUNTO: PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Saquarema, 15 de fevereiro de 2024

Senhor Secretário,

Considerando que já houve julgamento de recurso apresentado pela licitante LDG CLEAN COMERCIO DE PRODUTOS LTDA, encaminho os autos para análise de pedido de reconsideração.

Atenciosamente,


GUILHERME CASTRO
Pregoeiro

Guilherme V. e Castro
Diretor Adjunto de Licitação
Mat. 8109



PROCESSO Nº 2862/24

FLS. 36 RUBRICA [assinatura]

À Secretaria Municipal de Gestão, Inovação e Tecnologia

A/C Departamento de Licitações,

PROCESSO Nº 2.862/2024

ASSUNTO: MANIFESTAÇÃO SOBRE PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Saquarema, 19 de fevereiro de 2024.

Senhora Secretária,

Trata-se de pedido de reconsideração impetrado pela licitante LDG CLEAN COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA em razão de inabilitação no Pregão Eletrônico nº 022/2023, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE KITS DE HIGIENE BUCAL EM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO, PARA ATENDER AO PROGRAMA DE PROMOÇÃO EM SAÚDE E A COORDENAÇÃO DE ODONTOLOGIA, VISANDO A PROMOÇÃO DA SAÚDE BUCAL A SER REALIZADA NO PROJETO "SEMANA DA SAÚDE NA ESCOLA" E MANTER A SAÚDE BUCAL ATRAVÉS DA QUALIDADE DA ESCOVAÇÃO COM O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO NECESSÁRIO.

O certame inicialmente ocorreu em 04/01/2024, encerrando-se em 05/01/2024, onde foi oportunizado aos interessados que manifestassem intenção de recurso, conforme prazo legal. A impetrante apresentou suas intenções de recurso no prazo legal, que foi julgado como improcedente pelo pregoeiro, com divulgação da análise em 22/01/2024. Cumpre frisar, que conforme previsão legal, o recurso foi encaminhado para o julgamento deste ordenador de despesas, que se manifestou por manter a decisão do pregoeiro.

Da incorreção de peça apresentada:

O recurso administrativo chamado "pedido de reconsideração" é uma solicitação feita por uma parte interessada a uma autoridade administrativa, solicitando que esta reconsidere uma decisão previamente tomada. É uma espécie de revisão da decisão administrativa inicial,



PROCESSO Nº 2862/24

FLS. 34 RUBRICA [assinatura]

com base em novos argumentos, evidências ou interpretações apresentadas pela parte interessada.

A finalidade do pedido de reconsideração é permitir que as partes contestem uma decisão administrativa que consideram inadequada, injusta ou baseada em informações incompletas ou incorretas.

Geralmente, o pedido de reconsideração deve ser apresentado dentro de um prazo estabelecido pela legislação ou regulamento pertinente. No caso em tela, por se tratar de procedimento licitatório é o recurso administrativo apresentado no prazo máximo de 03(três) dias úteis, após manifestação motivada e imediata ao final do certame. Esse prazo é importante para garantir que os processos administrativos sejam conduzidos de forma eficiente e que as partes envolvidas tenham um tempo razoável para apresentar seus argumentos.

Quando uma parte decide recorrer a um pedido de reconsideração, ela normalmente precisa apresentar uma petição formal à autoridade administrativa responsável pela decisão contestada. Nessa petição, a parte deve explicar detalhadamente os motivos pelos quais considera que a decisão original deve ser revista, fornecendo novos argumentos, evidências ou informações relevantes que possam influenciar a autoridade administrativa a reconsiderar sua decisão.

Após receber o pedido de reconsideração, a autoridade administrativa revisará cuidadosamente os argumentos e evidências apresentados pela parte interessada. Com base nessa análise, a autoridade pode decidir manter a decisão original, modificar parcialmente ou integralmente a decisão, ou mesmo revogá-la completamente.

É importante ressaltar que o pedido de reconsideração é uma etapa interna dentro do processo administrativo e geralmente deve ser esgotado antes que a parte possa recorrer a outras instâncias, como a via judicial. Etapa esta amparada pelas normativas nos procedimentos licitatórios, que foi respeitada no caso em tela, com o julgamento do recurso apresentado pela recorrente.

"XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos; (Art. 4º, inc XVIII Lei 10.520/02)"

Em resumo, o pedido de reconsideração é um recurso administrativo que permite às partes contestarem decisões administrativas por meio da apresentação de novos argumentos,



PROCESSO Nº 2862/24

FLS. 38 RUBRICA [assinatura]

evidências ou interpretações à autoridade competente, buscando uma revisão e, eventualmente, uma modificação ou revogação da decisão original.

Do recurso hierárquico previsto na legislação:

Um recurso administrativo hierárquico é um mecanismo legal que permite que uma parte insatisfeita com uma decisão administrativa de uma autoridade submeta essa decisão a uma revisão por uma autoridade hierarquicamente superior dentro da mesma estrutura organizacional.

O processo geralmente começa quando uma parte interessada, como um cidadão, uma empresa ou uma organização, apresenta uma reclamação ou recurso à autoridade administrativa responsável pela decisão original. Essa reclamação ou recurso é então revisada por uma autoridade superior, que pode ser um departamento, uma divisão ou uma agência dentro da mesma organização.

O prazo legal para interpor um recurso administrativo hierárquico é definido no Art. 59 da Lei 9.784/99 (código do processo administrativo):

“Art. 59. Salvo disposição legal específica, é de dez dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.”

O prazo legal serve para garantir que os recursos sejam apresentados de forma oportuna e que haja uma resolução rápida e eficiente dos problemas administrativos. Se uma parte não apresentar o recurso dentro do prazo estipulado, geralmente perde o direito de contestar a decisão administrativa original. Cumpre-se salientar que a decisão quanto ao pedido de reconsideração iniciado foi divulgada no sistema Comprasnet e no Portal da Transparência do Município de Saquarema em 22/01/2024, portanto encerrando o prazo legal de apresentação de recurso hierárquico em 01/02/2024.

“Art. 63. O recurso não será conhecido quando interposto:

I - fora do prazo;” (Lei 9784/99)

O memorial data de 08/02/2024, sendo protocolado em 09/02/2024, razão que não merece ser reconhecido por sua intempestividade, sendo a recorrente preclusa em seu peticionamento.

Em resumo, o presente recurso não merece nem mesmo ser reconhecido, por se tratar de peça incongruente (pedido de reconsideração, art. 160 Lei 8112/90 c/c Art. 56, § 1º Lei 9784/99) e intempestiva (Art. 59 Lei 9784/99).



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Saúde



PREFEITURA
SAQUAREMA
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº 2862124

FLS. 39 RUBRICA [assinatura]

Portanto, desconheço o pedido apresentado por intempestividade, declarando o pedido improcedente.

Dê ciência à parte impetrante e demais interessados no certame.

Por fim, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

João Alberto Teixeira Oliveira
Secretário Municipal de Saúde
Matrícula 80.101

JOÃO ALBERTO TEIXEIRA DE OLIVEIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia
Comissão Especial de Pregão Eletrônico



PREFEITURA
SAQUAREMA
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº 2862/24

FLS. 40 RUBRICA HP

À Secretaria Municipal de Gabinete,

PROCESSO Nº 2.862/2024

ASSUNTO: PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Saquarema, 19 de fevereiro de 2024

Excelentíssima Senhora Prefeita,

Retorno os autos com a manifestação do ordenador de despesas.

Atenciosamente,


GUILHERME CASTRO
Pregoeiro

Guilherme V. e Castro
Diretor Adjunto de Licitação
Mat. 8109



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Gabinete da Prefeita



**PREFEITURA
SAQUAREMA**
TRABALHO E RESPEITO



Saquarema, 20 de fevereiro de 2024.

À Secretaria de Gestão, Inovação e Tecnologia
A/C Setor de Licitação,

Diante da resposta, archive-se.

Atenciosamente,

MANOELA RAMOS DE SOUZA GOMES ALVES
PREFEITA